

DESINDEXAÇÃO E SALÁRIOS REAIS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Gazeta Mercantil, 28.11.1984

A proposta de André Lara Resende de desindexação, depois de um período de indexação total e mensal da economia, já vem tendo grande repercussão, mas merece ser ainda mais cuidadosamente estudada, porque pode estar nela contida a solução para o problema da inflação brasileira. Ao mesmo tempo é preciso repensar a fórmula de indexação salarial.

A proposta parte de algumas premissas que já vinham sendo discutidas nos últimos dois anos pelos economistas brasileiros: a economia brasileira encontra-se basicamente ajustada, não há déficit público operacional ou real (apenas déficit público nominal, que é mera consequência e não causa da inflação) e não existe, portanto, qualquer pressão de demanda oriunda do setor público. A inflação se manteve no patamar de 200 por cento durante o ano de 1984 devido aos fatores mantenedores da inflação, basicamente devido ao processo de indexação formal e informal da economia, que garante que os aumentos defasados de custos sejam automaticamente repassados para os preços.

Aceitos estes pressupostos mais ou menos evidentes, torna-se óbvio que as medidas recessivas clássicas de combate à inflação através de políticas fiscais e monetárias contracionistas são ineficientes. Quando não são contraproducentes em relação à inflação especialmente se acompanhadas de ajustamentos dos preços relativos, como aconteceu em 1983 elas produzem uma desaceleração da inflação muito modesta em troca de um grande custo econômico e social.

Diante desse diagnóstico de uma inflação puramente autônoma ou inercial, cuja causa básica é indexação, a solução óbvia ou aparentemente óbvia é a pura e simples desindexação da economia. Discutimos essa idéia no terceiro capítulo do livro Inflação e Recessão (este capítulo foi escrito entre outubro e dezembro de 1983), denominamo-la de “estratégia heróica” de controle da inflação, e concluímos por rejeitá-la. Assumimos essa

posição porque a desindexação total da economia apresentava o risco de não acabar de vez com a inflação e, em consequência, provocar ao mesmo tempo prejuízos para os trabalhadores e para os portadores de ativos financeiros, que passariam a ter seus salários e seus títulos desindexados com uma inflação menor, mas em curso. Além disso a desindexação podia desorganizar o sistema financeiro, que, apesar dos pesares, cumpre um papel importante na economia brasileira.

Esses riscos desapareceriam ou reduzir-se-iam muito se estivéssemos em hiperinflação, quando as defasagens nos aumentos de preços tornam-se extremamente pequenas, possibilitando-se a escolha de um dia D para a desindexação que os diversos agentes econômicos pudessem aceitar e portanto não aumentar em seguida seus preços porque não estariam sofrendo perdas significativas.

Ora, o mérito e a originalidade da proposta Lara Resende reside exatamente em promover a desindexação em duas etapas. Na primeira o que se busca fundamentalmente é acabar com as defasagens muito grandes de reajustes sem, com isso, chegar à hiperinflação. Os salários são o preço mais defasado (seis meses) e mais importante da economia. A sugestão é passar a reajustá-los mensalmente a partir do salário médio real de cada categoria (o qual, com uma inflação de 70% ao semestre, é 22% inferior ao salário no dia do reajuste). Os aluguéis e os preços administrados pelo Governo também seriam reajustados nessa base e em seguida passariam ao regime de reajuste mensal.

No momento em que esse processo de redução das defasagens estivesse terminado sem incorrer nos riscos da hiperinflação, a economia estaria pronta para a desindexação total. Para isto Lara Resende imaginou a introdução de um Cruzeiro Novo indexado, sugeriu a convivência de duas moedas durante um certo tempo, e evitou o mais possível a excessiva intervenção do Governo no mercado.

Todas essas idéias precisam ser cuidadosamente discutidas. Eventualmente poderá ser interessante ficarmos apenas na primeira etapa, de redução das defasagens e de correção da fórmula de indexação salarial. Nesse caso será necessário corrigir também a proposta de Lara Resende de forma que, mesmo mensalmente, a indexação não ocorra mais por picos, mas de acordo com a inflação passada e metade da inflação futura prevista, ou

então de acordo com uma fórmula de escala móvel de salários. A proposta de desindexação via criação de nova moeda ficaria para um segundo momento, depois de avaliados os resultados da primeira etapa.

Sobre um fato não há dúvida alguma: a atual fórmula de correção salarial de acordo com a inflação passada é totalmente incompatível com a redução da inflação porque elevaria os salários médios reais (e, portanto os custos unitários da mão-de-obra) quando a inflação estivesse diminuindo. Se, por exemplo, a inflação se reduzisse de 70% para 30% ao semestre, os salários médios reais teriam um aumento de 13%. Como as empresas não concordarão com esse aumento e o repassarão imediatamente para os preços, a inflação, com a atual fórmula salarial, jamais cairá. Só poderá crescer porque assim reduzem-se perversamente os salários médios reais.

Todas essas considerações sugerem um estudo cuidadoso da proposta Lara Resende. A inflação pode e deve ser controlada sem maiores sacrifícios, sem prejuízo da retomada do crescimento. Para isso será necessário, minimamente, repensar na fórmula de reajuste salarial. Eventualmente será convenientemente adotar uma fórmula de desindexação não traumática. E para isto será necessário imaginação e coragem, ao mesmo tempo em que se constrói algum tipo de consenso através do continuo debate. (Gazeta Mercantil, 28/11)